

Instituto Politécnico de Macau
Escola Superior de Línguas e Tradução
**Curso de Licenciatura em Tradução e Interpretação Chinês-
Português/ Português-Chinês (S. E. Chin. e S. E. Port.)**
Programa da Unidade Curricular
Ano Lectivo 2021 / 2022 2.º Semestre

Unidade Curricular	Direito Constitucional e Lei Básica		Código	LLAW1110-12E/12F	
Pré-requisito	Não tem				
Língua Veicular	Português		Créditos	2	
Aulas Teóricas	15 horas	Aulas Práticas	15 horas	Total de Horas	30 horas
Docente	Professor Doutor Alberto Pablo		Correio Electrónico	pabloalberto@ipm.edu.mo	
Gabinete	Sala B104, Edifício Chi Un, Campus Principal		Telefone	85996376	

Objectivos Gerais

A unidade curricular tem como objectivo principal permitir aos alunos o domínio dos princípios constitucionais gerais da Constituição da República Popular da China e da Lei Básica de Macau, mormente o princípio "Um País, Dois Sistemas".

A disciplina pretende introduzir os conceitos fundamentais dos vários níveis do direito a fim de sensibilizar os aprendentes para a importância da Lei na sociedade moderna e enriquecer o vocabulário sobre este domínio.

Objectivos Específicos

Ao completar a disciplina, os alunos deverão estar aptos a:

1. Conhecer as relações entre o Governo Central e a Região Administrativa Especial de Macau;
2. Inferir os princípios directamente relacionados com a implementação de "Um País, Dois Sistemas" e de Macau "governado com elevado grau de autonomia pelas suas gentes";
3. Analisar o sistema de governação do Estado Chinês, enquanto Estado unitário, a sua reflexão na Lei Básica da RAEM e a forma como a Lei Constitucional da Região resolve o problema da divisão de poderes que advém da definição de funções administrativas para o Governo Central e a administração do Território;
4. Compreender o funcionamento das instituições nacionais, bem como a evolução dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição;
5. Ter contacto com a Lei Básica, como Lei Fundamental e perceber o significado, natureza e alcance jurídico de Lei Constitucional nas estruturas do poder político e na vida dos residentes, incluindo os não-residentes;
6. Identificar os direitos e deveres dos residentes da RAEM;
7. Conhecer a estrutura política de Macau e suas relações com o poder central;
8. Conhecer as fontes de direito.

Programa da Disciplina

1. A Constituição da República Popular da China .
2. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau.
3. A Lei de Segurança Nacional.
3. Os princípios fundamentais do Direito.
4. As fontes do Direito.

- *COMPREENDER quem tem iniciativa legislativa, quem promulga e aprova a legislação,*

seu percurso até à entrada em vigor.

- DOMINAR termos técnico-jurídicos.

- APREENDER como se aplica alguma legislação a determinados factos. Através de alguns casos de ordem prática, os aprendentes vão manusear alguns diplomas legais e produzir ao mesmo tempo uma linguagem escrita de cariz técnico-jurídico.

Conteúdos

A evolução histórica do Direito Constitucional da República Popular da China (DCRPC).

Princípios gerais do Direito Constitucional.

Alterações ao DCRPC que vieram permitir o nascimento das Regiões Administrativas Especiais.

Princípios Gerais da Lei Básica.

Relacionamento entre as Autoridades Centrais e a Região Administrativa.

Direitos e Deveres fundamentais dos residentes.

Estrutura Política de Macau.

A divisão de poderes.

Juramento de Fidelidade.

Economia, Cultura e Assuntos Sociais de Macau.

Assuntos externos.

Interpretação e revisão da lei Básica de Macau.

Metodologia para a escolha do Chefe do Executivo.

Metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa.

Leis nacionais aplicáveis directamente na Região.

A Lei de Segurança Nacional.

Método de Ensino

Pesquisa, selecção dos conteúdos, redacção. Ensino teórico e discussão em grupo. Ensino/aprendizagem centrado nos alunos. Construção do conhecimento com recurso às TIC; trabalho diário com a plataforma "Googleclass". Papel do docente enquanto facilitador das aprendizagens de modo a promover a autonomia dos aprendentes.

Assiduidade dos Alunos

A assiduidade rege-se pelo disposto no "Regulamento Pedagógico dos Cursos Conferentes do Grau de Licenciado" do Instituto Politécnico de Macau.

Avaliação

A nota é atribuída em termos percentuais, sendo 100 a pontuação máxima e 50 a nota positiva mínima.

	Item	Descrição	Percentagem
1.	Avaliação contínua I	Participação nas aulas, assiduidade, pontualidade (5%). Investigação, interpretação de documentos e trabalhos práticos (25%).	30%
2.	Avaliação contínua II	Exame Intermédio escrito.	30%
3.	Exame	Exame Final escrito.	40%

Total : 100%

Material de Estudo

Li Lina & Xu Chang (2020). *Interpretação da Lei Básica de Macau*. Centro de

Investigação "Um País, Dois Sistemas". Instituto Politécnico de Macau.

Canotilho, J. (2018). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Livraria Almedina, 7ª Edição - Reimpressão 2021.

Vong, Hing Fai (1992). *Estrutura Política e Fontes de Direito do Território*. Edição "O Direito".

Calvete, V.; Oliveira, J.; Cardinal P. & Riquito, J. (1991). *O Ordenamento Jurídico de Macau no Contexto da Lei Básica*. Publicações "O Direito". Edição Associação dos Advogados de Macau.

Notas bibliográficas

Serão distribuídas fotocópias aos alunos dos resumos com os princípios gerais de Direito e outra matéria mais específica.

Legislação

Constituição da República Popular da China.

Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China.
Edição da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça de Macau.

Lei de Segurança Nacional.